

Economia

AGRICULTURA Liberação recorde de 290 defensivos este ano reacendeu a discussão sobre prejuízos à saúde e custos em isenção fiscal ao produto

MARÍLIA BANHOLZER

mariliab@ne10.com.br

O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. A depender dos parâmetros usados (área plantada, volume de produção, aspectos gerais, etc.), o País pode figurar até na primeira posição do ranking. Trata-se de um mercado que movimentou, em 2018, US\$ 10,5 bilhões. Quem é a favor do uso de defensivos alega que o clima tropical, o volume produzido nas lavouras e o tipo de cultivo tornam a agricultura brasileira dependente de agrotóxicos. Do outro lado, agressões ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do trabalhador do campo, além da defesa de modelos de plantio mais sustentáveis, embasam os argumentos de quem luta contra o uso de tais produtos químicos.

O debate se acirra ainda mais em um momento em que o governo federal, entre janeiro e julho deste ano, autorizou 290 defensivos, um recorde para o período desde 2010. Além disso, também esta semana, foi criado o marco regulatório para agrotóxicos. Criticado por ambientalistas, o novo texto se propõe a atualizar e dar maior clareza aos critérios adotados para avaliação e classificação toxicológica desse tipo de produto.

“Ampliar o leque de agrotóxicos à disposição dos produtores é mais uma questão de mercado. Não tem relação direta com aumento de produtividade. Até porque há anos o Brasil vem quebrando recordes de produção. Esse aumento já acontecia mesmo com um número menor de produtos e com maior restrição”, analisou o engenheiro agrônomo Reginaldo Alves, diretor de Extensão Rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

Por sua vez, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), entidade representativa do setor de defensivos agrícolas no Brasil, argumenta que o uso dos defensivos é primordial para a lavoura brasileira se manter altamente produtiva. Segundo o IBGE, a safra agrícola de 2019 deve totalizar 233,4 milhões de toneladas, uma alta de 3,1% em relação à estimativa de 2018, cerca de 7 milhões de toneladas a mais. “A maior parte desses defensivos recém-autorizados é composta por genéricos de fórmulas que já são autorizadas e utilizadas no Brasil. A chegada desses novos produtos deve ajudar o mercado a ficar mais competitivo. Hoje, o uso de defensivos significa 30% no custo do produtor. Se não fosse necessário, ele não usaria, é um produto caro”, justificou a gerente de Assuntos Regulatórios do Sindiveg, Andreza Martinez.

Por falar em cifras, dados do Tribunal de Contas da União revelam que, apenas em 2018, o Brasil deixou de arrecadar pelo menos R\$ 2,07 bilhões com a isenção fiscal concedida aos agrotóxicos. Hoje, os defensivos têm redução de 60% na base de cálculo do ICMS e isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Questionada, a Secretaria de Fazenda de Pernambuco disse que “inexistia estimativa no Estado sobre o montante dessa renúncia fiscal”, mas confirmou que pratica as mesmas isenções.

Pernambuco, por sua vez, não entra no ranking dos dez maiores consumidores de agrotóxicos do Brasil. A lista é encabeçada por Mato Grosso, que gasta R\$ 2,3 bilhões com defensivos. A lista do três principais continua com São Paulo (R\$ 1,5 bilhão) e Rio Grande do Sul (R\$ 1,1 bilhão). Os produtores pernambucanos gastam, de acordo com o Sindiveg, em torno de R\$ 50,9 milhões com defensivos.

No País, as principais culturas a receberem agrotóxicos no seu cultivo são: soja, cana-de-açúcar, milho, algodão, café, fruticultura, horticultura, grãos, arroz e feijão. Perguntado sobre o uso de agrotóxicos nas lavouras de cana-de-açúcar, principal cultivo em Pernambuco, o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco disse, em nota, que “são usados insumos agrícolas, aprovados em todo o mundo, sempre considerando a segurança e a sanidade dos produtos gerados”. Além da produção de álcool, a última safra, 2018/2019, foi responsável pela produção de 11,4 milhões de toneladas de açúcar no Estado.



DEMANDA Soja é uma das lavouras que mais consomem defensivos, ao lado da cana-de-açúcar, milho, algodão e café, entre outras

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO CONTEÚDO

Tratamento de intoxicação gera alto custo

Assim como a territorialidade de área plantada no Brasil – 62,6 milhões de hectares –, os números que envolvem o mercado agrícola e de consumo de agrotóxicos também são grandes. No caso do sistema de saúde, por exemplo, estima-se que cada US\$ 1 gasto com defensivos agrícolas, é gerado um custo de até US\$ 1,28 em tratamentos de intoxicação. O dado é de pesquisa do economista do IBGE, Wagner Soares.

O professor e pesquisador da Fiocruz Luiz Carlos Meirelles, crítico ao uso de agrotóxicos, acredita que é possível haver um plantio mais sustentável e usando esses produtos químicos em menor escala. Ele ainda pondera que muito se gasta com esse setor, mas pouco é revertido para treinamento e conscientização do produtor. “Existem estudos toxicológicos que podem custar até US\$ 200 milhões. Só para você ter conhecimento dos efeitos desses produtos nos humanos. Por outro lado, não há investimento nos trabalhadores do campo para eles saberem usar esse material de forma menos nociva e usando os equipamentos de proteção necessários”, comentou ele, que atua no Grupo Temático Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 80% dos casos de câncer no mundo vem da exposição a agentes químicos. “Um intoxicação aguda leva a pessoa afetada, que geralmente é o trabalhador rural, a uma unidade pública de saúde. No caso de uma seqüela crônica, o paciente passa anos buscando atendimento, que em geral custam muito caro para os cofres públicos”, resumiu.

Na opinião de Andreza Martinez, gerente de Assuntos Regulatórios do Sindiveg, se os produtores respeitarem as informações das embalagens dos defensivos, o uso desses produtos torna-se seguro para quem planta e para quem consome, sem afetar o meio ambiente. “Esses produtos devem ser comprados e usados com orientação de um engenheiro agrônomo. Para usar, é imprescindível o uso de EPI. Se todos os requisitos forem respeitados, o uso desses produtos é seguro”, disse.

O engenheiro agrônomo do IPA discorda: “Quem tem conhecimento de causa sabe que o uso de agrotóxicos é acumulativo. Você pode usar por anos e não perceber as alterações que se dão na saúde, usar um produto químico e achar que não trará nenhum efeito à saúde. Além disso, embora haja muito esforço dos órgãos fiscalizadores, não há um acompanhamento adequado”, ponderou.

NOVO MARCO

A Anvisa aprovou o marco regulatório para agrotóxicos, que prevê uma mudança envolvendo regras de disposição de informações, palavras e imagens de alerta nas embalagens dos agrotóxicos. As empresas terão um ano para se adaptarem às novas regras. O prazo contará a partir da publicação do novo marco no Diário Oficial da União, prevista para os próximos dias. Em relação aos produtos que já estão em circulação, a reclassificação será feita pela Anvisa. De acordo com a agência, já foram enviados dados para reclassificação de aproximadamente 1.950 agrotóxicos registrados no Brasil, quase 85% do volume total (2.300) em circulação.

Uma preocupação dos ambientalistas é que a mudança pode fazer com que agrotóxicos hoje classificados como “extremamente tóxicos” passem a ser incluídos em categorias mais baixas, como moderadamente tóxicos, pouco tóxicos ou com dano agudo improvável à saúde. Isso porque a agência vai adotar novos critérios e usar apenas estudos de mortalidade para definir a classificação – ou seja, os casos em que uma inalação ou ingestão traz risco de morte ou outros danos graves à saúde.

Agrotóxicos no centro de debate acirrado

● Saiba mais



O que são

Na agricultura, os defensivos agrícolas – também conhecidos como agroquímicos, agrotóxicos, pesticidas, praguicidas ou produtos fitossanitários – são substâncias químicas ou biológicas que estão entre as tecnologias usadas para proteger as lavouras de infestações por pragas.



Como é dada a liberação

Nos processos de registro e monitoramento de agrotóxicos, cabe à Anvisa avaliar questões relacionadas à saúde humana. Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), cabem responsabilidades relacionadas às questões ambientais. Já as questões agrônomicas e o registro de uso agrícola ficam a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).



ARTES J.C.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Volume comercializado no Brasil



Principais Estados consumidores



Principais Estados produtores (agricultura) - Em toneladas



Liberações de agrotóxico de janeiro a julho



Cultivos onde mais é usado agrotóxico



Números da agricultura no Brasil

Valor Bruto de Produção - janeiro 2019



* Obs: O Mato Grosso ocupa a primeira posição, com R\$ 82,8 bilhões neste ano. São Paulo está em segundo lugar, com R\$ 70,2 bilhões. Paraná (R\$ 69,9 bilhões), Minas Gerais (R\$ 55,2 bilhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 53,4 bilhões) seguem a lista.